

Com produção retraída, algodão esboça reação em 2007



ISADORA LOPES FERREIRA

Indústria têxtil: políticas públicas de incremento ao setor são primordiais

Dados sobre as safras agrícolas mais recentes divulgados pela Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil (CNA) indicam uma desaceleração do agronegócio brasileiro. Em 2006, a queda foi de 1,91%. Inserida nesse mesmo contexto, a cotonicultura brasileira vive períodos difíceis. Na avaliação da safra agrícola 2005/2006, divulgada em agosto de 2006, a Companhia Nacional de Abastecimento (Conab) verificou que a produção de algodão em pluma foi da ordem de 1.028,30 mil toneladas, ou seja, que houve um decréscimo de 20,8%, em comparação com a safra 2004/2005. A produção de algodão em caroço, de 2.699,60 mil toneladas, também caiu 21,2%, em relação à safra anterior, que foi de 3.427,80 mil tonela-

das. Além disso, a área cultivada sofreu uma redução de 27,3%, passando de 1.179,4 mil hectares, em 2004/2005, para 857 mil hectares, em 2005/2006.

Sinais mais animadores surgiram nos primeiros levantamentos de intenção de plantio de algodão feitos para a safra 2006/2007, divulgados em outubro de 2006 pela Conab, nos quais se verifica um aumento da área plantada de algodão, motivado pela melhora dos preços do produto nos mercados interno e externo, tendo em vista que a produção mundial para o período está sendo estimada em volumes inferiores à demanda, com conseqüente redução dos estoques de passagem. Estima-se um aumento de produção entre 16,2% (270,1 mil tonela-

das) e 22,6% (377,9 mil toneladas) para o algodão. A previsão de aumento da área plantada de algodão deve ficar entre 12,5% (107,1 mil hectares) e 18,4% (157,8 mil hectares). “Somando-se a produção estimada, que é da ordem de 1.264,6 mil toneladas, à previsão de importação, de 80 mil toneladas, haverá disponibilidade de pluma para atender à demanda total interna de consumo mais exportação, que totaliza 1.327 mil toneladas”, informa o relatório da Conab.

Por trás das dificuldades vivenciadas pela cotonicultura e pela agricultura brasileira em geral nos últimos anos, está o já tão propalado problema da valorização do real, mas que não é o único: “A taxa cambial é um problema sério para todos

os setores exportadores. Mas ainda há problemas de logística, de segurança de carga, de disponibilidade de financiamento e de acesso a novas tecnologias”, afirma João Carlos Jacobsen Rodrigues, presidente da Associação Brasileira dos Produtores de Algodão (Abrapa). Para Milton Geraldo Fuzatto, pesquisador científico do Instituto Agronômico de Campinas (IAC), a crise do algodão vem se intensificando há dois anos, principalmente pelos custos elevados de produção. “As inovações levam a altas taxas, de produtividade, mas também a altos custos”. Fuzatto calcula que há três anos o preço da arroba do algodão atingia até R\$ 20,00, sendo vendida atualmente por R\$ 10,00. “Enquanto o mercado de algodão apresentava preços bons, essa questão estava tranqüila. Mas, de repente, caiu o preço”, observa.

Jacobsen Rodrigues, da Abrapa, afirma ainda que o Brasil acumula um atraso de dez anos na utilização da biotecnologia no algodão. “Todos os países concluíram pela segurança do algodão transgênico, apenas o Brasil não consegue concluir coisa alguma sobre essa questão”, afirma (leia sobre o tema na pág. 124). As doenças também contribuíram para desestabilizar a produção algodoeira: “A maior parte das variedades usadas são altamente suscetíveis. O uso de defensivos eleva os custos de produção e acarreta desequilíbrios biológicos, como o aparecimento de pragas resistentes aos produtos. Os danos ambientais podem estigmatizar o algodão brasileiro no ex-

terior, pois geram propaganda negativa. Tudo isso torna a cultura de algodão no país menos competitiva”, adverte Milton Geraldo Fuzatto.

Apesar da conjuntura adversa, Jacobsen Rodrigues acredita no potencial de crescimento de nossa cotonicultura: “O país pode expandir bastante sua produção de algodão, abastecer a indústria local e exportar muito mais para gerar empregos, renda e divisas”, afirma. A cotonicultura brasileira tem importância estratégica para o agronegócio, por integrar a “cadeia têxtil, ser grande empregadora de mão-de-obra e grande usuária de insumos agroindustriais; além disso, seu potencial produtivo e exportador permite antever que dará contribuição maior ainda à geração de divisas para o Brasil”, acrescenta.

Políticas públicas de incremento ao setor são primordiais, como “investimentos em infra-estrutura, em segurança de carga, promoção do algodão nos mercados compradores, luta na OMC pela eliminação de subsídios proibidos e demais subsídios que prejudicam a concorrência, pela distorção do mercado internacional”, arremata Jacobsen Rodrigues.

PRODUTOS DO ALGODÃO

A semente do algodão contém, em média, 60% de caroço e 40% de fibra. A fibra do algodão é a mais importante das utilizadas nas indústrias de tecidos, por ser mais barata e mais resistente que a lã. A moagem do caroço do algodão gera óleo comestível, farelo (utilizado na

alimentação de gado) e fertilizantes. A torta de algodão, obtida após a extração do óleo, pode ser usada como fertilizante, corante e ingrediente de ração animal.

COTONICULTURA REDEFINE FRONTEIRAS

As estimativas da *Safras Agrícolas 2005/2006* da Conab apontam que as maiores regiões produtoras de algodão em pluma são o Centro-oeste, com 605,50 mil toneladas – destaque para Mato Grosso, com 490,6 mil toneladas; Nordeste, com 332,10 mil toneladas – destaque para a Bahia, com 297,40 mil toneladas; Sudeste, com 79,40 mil toneladas – destaque para Minas Gerais, com 40 mil toneladas; e Sul, com 11,2 mil toneladas – toda a produção oriunda do Paraná. A Região Norte ainda não apresenta estimativas para a safra 2005/2006, mas a produção no ano passado foi de apenas 1,8 mil toneladas.

A produção de algodão em caroço segue a mesma ordem: Centro-oeste, com 1.589,10 mil toneladas – destaque para Mato Grosso, com 1.284,40 mil toneladas; Nordeste, com 865,50 mil toneladas – destaque para a Bahia, com 768,40 mil toneladas; Sudeste, com 213,20 mil toneladas – destaque para Minas Gerais e São Paulo, com 106,60 mil toneladas cada; e Sul, com 31,9 mil toneladas – toda a produção oriunda do Paraná. A Região Norte ainda não apresenta estimativas para a safra 2005/2006, mas a produção no ano passado foi de apenas 4,8 mil toneladas.

OFERTA E DEMANDA DE ALGODÃO EM PLUMA

SAFRA	ESTOQUE INICIAL	PRODUÇÃO	IMPORTAÇÃO	SUPRIMENTO	CONSUMO	EXPORTAÇÃO	ESTOQUE FINAL
1997/1998	132,1	411,0	334,4	877,5	782,9	3,1	91,5
1998/1999	91,5	520,1	280,3	891,9	806,5	3,9	81,5
1999/2000	81,5	700,3	299,9	1.081,7	885,0	28,5	168,2
2000/2001	168,2	938,8	81,3	1.188,3	865,0	147,3	176,0
2001/2002	176,0	766,2	67,6	1.009,8	805,0	109,6	95,2
2002/2003	95,2	847,5	118,9	1.061,6	800,0	175,4	86,2
2003/2004	86,2	1.309,4	105,2	1.500,8	930,0	331,0	239,8
2004/2005	239,8	1.298,7	40,0	1.578,5	900,0	390,0	288,5
2005/2006	288,5	950,6	221,0	1.460,1	900,0	370,0	190,1

Fonte: Companhia Nacional de Abastecimento (Conab).

A mudança do foco produtor de algodão ocorreu na década de 80, quando a praga do bicudo assolou a cotonicultura paulista, mais especificamente a região de Campinas, e a nordestina, principalmente a região agreste da Paraíba. A partir daí, São Paulo perdeu a posição de principal produtor, posto assumido temporariamente pelo Paraná. “Com a expansão do bicudo pelo Brasil, a área de algodão do Nordeste foi reduzindo cada vez mais. Aproximadamente um milhão de empregos foram perdidos na região”, comenta Eleusio Curvelo Freire, pesquisador da Embrapa Algodão (leia mais sobre a história do algodão na p. 74).

O bicudo expandiu-se rapidamente para o Paraná e Goiás. Nesse momento começaram a ser definidas, tanto pelo governo federal, quanto pelos governos estaduais, várias estratégias de combate à praga. Entre 1989 e 1995, a Embrapa iniciou pesquisas com algodão no cerrado do Mato Grosso “que começou a se consolidar como área empresarial para produção de algodão e, no final da década de 90, tornou-se o principal produtor brasileiro de algodão”, continua Eleusio, que foi um dos pesquisadores responsáveis por esse trabalho.

As técnicas de modernização da cotonicultura no Mato Grosso foram seguidas pelos Estados de Goiás, Mato Grosso do Sul, Bahia, Minas Gerais, São Paulo e Paraná. Atualmente, o modelo começa a ser utilizado também no Maranhão e Piauí. “Muitos não acreditaram que o Mato Grosso se tornaria uma grande região produtora de algodão, pois é uma área com chuvas acima dos níveis considerados ideais para esse tipo de cultivo”, completa.

Para Wilson Paes de Almeida, pesquisador do Instituto Agrônomo do Paraná (Iapar), “pode-se dizer que a produção do cerrado é a mais avançada, em termos de produtividade e tecnologia. Mas quando se leva em consideração a margem de lucro, a mais avançada é a agricultura orgânica, cuja demanda está crescendo”.

O algodão orgânico tem a produção concentrada no Paraná e em algumas regiões da Paraíba.

Existem ainda outras características que diferenciam a produção do Centro-oeste, como a concentração da produção algodoeira em grandes áreas, de propriedade de um número pequeno de empresários. “A produção é bastante mecanizada e eles usam uma grande quantidade de

adubos e técnicas que aumentam a produtividade. Já a agricultura do Paraná é calcada no pequeno produtor, que precisa trabalhar com custos menores. O uso de insumos é muito mais baixo. Em função da instabilidade de preços e do clima, e da ocorrência de doenças, a sobrevivência dos pequenos produtores tem sido muito difícil”, comenta Wilson Paes de Almeida.

ÁREA PLANTADA DE ALGODÃO (MIL HECTARES)

REGIÃO/UF	2004/2005	2005/2006
PRELIMINAR	PREVISÃO	
NORTE	1,4	-
RR	-	-
RO	-	-
AC	-	-
AM	-	-
AP	-	-
PA	-	-
TO	1,4	-
NORDESTE	330,9	294,6
MA	9,0	7,3
PI	15,0	10,8
CE	10,2	9,7
RN	18,4	14,1
PB	19,5	14,6
PE	3,7	3,2
AL	8,1	10,2
SE	-	-
BA	247,0	224,8
CENTRO-OESTE	658,4	454,4
MT	451,6	356,8
MS	58,9	30,0
GO	143,7	64,7
DF	4,2	2,9
SUDESTE	132,5	78,5
MG	54,2	34,7
ES	-	-
RJ	-	-
SP	78,3	43,8
SUL	56,2	16,9
PR	56,2	16,9
SC	-	-
RS	-	-
BRASIL	1.179,4	844,4

Fonte: Conab – Levantamento de janeiro de 2006.

PRODUTIVIDADE DO ALGODÃO (kg/ha)

REGIÃO/UF	2004/2005 (1)	2005/2006 (2)
PRELIMINAR	PREVISÃO	
NORTE	3.450	-
RR	-	-
RO	-	-
AC	-	-
AM	-	-
AP	-	-
PA	-	-
TO	3.450	-
NORDESTE	2.671	2.845
MA	2.400	2.835
PI	675	2.450
CE	630	825
RN	555	650
PB	795	650
PE	525	660
AL	370	370
SE	-	-
BA	3.300	3.375
CENTRO-OESTE	3.280	3.603
MT	3.420	3.660
MS	3.060	3.730
GO	2.925	3.240
DF	3.435	3.400
SUDESTE	2.273	2.666
MG	2.610	2.850
ES	-	-
RJ	-	-
SP	2.040	2.520
SUL	1.395	2.010
PR	1.395	2.010
SC	-	-
RS	-	-
BRASIL	2.906	3.220

Fonte: Conab – Levantamento de janeiro de 2006.

Pesquisas avançam com parcerias público-privadas

Até os anos 90, a iniciativa pública era a principal fomentadora das pesquisas para o setor algodoeiro. A Embrapa, o Instituto Agronômico de Campinas (IAC) e o Instituto Agronômico do Paraná (Iapar), entre outros, sempre desenvolveram (e continuam desenvolvendo) papéis preponderantes no desenvolvimento das tecnologias aplicáveis à cotonicultura. “Foi o Ministério da Agricultura quem introduziu o cultivo de algodão no Nordeste, abrindo as primeiras estações experimentais na região, que se mantêm até hoje. Na introdução do cultivo no Centro-oeste, por exemplo, a principal responsável foi a Embrapa”, comenta Eleusio Curvelo Freire, pesquisador aposentado pela Embrapa.

Robério Ferreira dos Santos, chefe-geral da Embrapa/CNPQ da Paraíba, lembra que com o surgimento da praga do bicudo, em 1983, a Embrapa Algodão começou a estudar tecnologias que “permitissem a convivência com o bicudo” e a possibilidade de o cerrado ser a região que melhor se adaptaria a essa nova tecnologia. Em 1987, teve início o cultivo na região – em uma parceria com o grupo privado Itamaraty. “Assim começava o desenvolvimento de variedades de algodão para o cerrado”, relembra.

Para Wilson Paes de Almeida, pesquisador do Iapar, pesquisas realizadas pela iniciativa pública apresentam “ótima capacitação dos pesquisadores, boa infraestrutura disponível e continuidade dos programas. Outro aspecto é que, como a iniciativa pública não visa o lucro, pode se dedicar a pesquisas de curto, médio e longo prazos”. Como destaque da atuação do Iapar, Wilson aponta o pioneirismo no “controle e manejo de pragas em algodoeiro no Brasil”.

A partir da década de 90, esse panorama começou a ser alterado, quando surgiram as fundações de apoio à pesquisa de algodão. As dificuldades no setor, acarretadas pela competição com a pluma de algodão produzida no exterior, levaram governo e produtores a se articular no que, para Robério Ferreira dos Santos, foi a primeira parceria público-privada do setor: a Associação Mato-grossense de Produtores de Algodão (Ampa). “Devido a essa parceria público-privada, a região do cerrado – que inclui Mato Grosso, Mato Grosso do Sul, Goiás e Bahia – produz hoje 87% do algodão brasileiro”, comenta.

Foram criadas então diversas entidades similares, tais como a Fundação Mato Grosso, Fundação Goiás e Fundação Bahia. Hugo de Carvalho Ribeiro, presidente da Fundação MT, aponta que o trabalho de pesquisa da entidade “permitiu num curto espaço de tempo, disponibilizar para os produtores rurais, três variedades resistentes às doenças do algodoeiro, com boa produtividade e alto rendimento. Esses resultados mostram a importância da pesquisa realizada pela Fundação MT para a cotonicultura”, enfatiza.

Normalmente, a pesquisa é um processo que se inicia no setor público, “que encara o investimento nela como responsabilidade social, e depois passa para as empresas privadas quando essas vêem possibilidade de retorno financeiro”, comenta Milton Geraldo Fuzatto, do IAC. Eleusio Curvelo Freire estima “que US\$ 6 milhões/ano são o montante de recursos privados aplicados na pesquisa de algodão no país”.

Para custear as pesquisas desenvolvidas pelas fundações, foram criados os Fundos de Apoio à Pesquisa. “Os Estados fizeram uma redução fiscal ao algodão e a lei determina que o produtor deposite no

fundo parte da redução fiscal que recebeu. No caso de Goiás, o produtor recebe uma redução que chega a 75% do valor do ICMS e, desses 75%, devem ser depositados 15% no fundo” comenta Paulo César da Cunha Peixoto, diretor executivo do Fundo de Incentivo do Algodão do Estado de Goiás (Fialgo).

BICUDO, DESAFIO PARA A TRANSGENIA

Atualmente, a única tecnologia aprovada pela CTNBio para o plantio de algodão transgênico no Brasil é a espécie Bollgard – conhecida também como BT –, produzida pela multinacional Monsanto, que é resistente às lagartas que atacam as lavouras. “A tecnologia transgênica disponível no Brasil produz variedades resistentes à lagarta e a herbicidas”, comenta Milton Geraldo Fuzatto. Existem outros projetos de tecnologia transgênica para serem aprovados pelo órgão, mas, segundo Hugo de Carvalho Ribeiro, presidente da Fundação MT, o principal problema é a demora na liberação. “O uso de variedades transgênicas pode reduzir os custos de produção. A transgenia traz benefícios ambientais, econômicos e sociais, reduzindo o uso de agrotóxico nas lavouras”, ressalta.

No Brasil, o grande desafio para a transgenia é o combate à praga do bicudo. “A grande visão para o futuro no uso dessas tecnologias de transgenia é a resistência ao bicudo. Os Estados Unidos ainda têm o bicudo, mas, por meio do controle de produção, o nível dessa praga tem se mantido muito baixo e já nem atinge algumas regiões. Ásia e Europa também não têm problemas com bicudo. Ou seja, quem realmente tem de pesquisar a resistência ao bicudo é o Brasil”, comenta Robério Ferreira dos Santos.

Crescem volumes exportados pelo Brasil

EDERALDO J. CHAVEGATO/USP ESALQ



Prensa para produção de fardões de algodão, para fins de transporte e armazenamento

Em relatório divulgado em agosto de 2006, pela Internacional Cotton Advisory Committee (ICAC), o Brasil ocupa a 5ª colocação entre os produtores mundiais de algodão, com uma safra de 1,16 milhões de toneladas. A China encontra-se em 1º lugar, com 5,97 milhões de toneladas, seguida pelos Estados Unidos, com 4,45 milhões de toneladas. As exportações brasileiras de algodão em pluma atingem 5,7% na participação do volume total

negociado (4ª posição), enquanto os Estados Unidos são os principais exportadores, com 38,5%, seguidos por Usbequistão, com 9,8%, e Austrália, com 7,2%.

“O nosso algodão está sendo cada vez mais exportado e a imagem do nosso produto tem melhorado muito”, afirma Andrew MacDonald, presidente da Associação Brasileira de Algodão (Abralg). Dados da Secretaria de Comércio Exterior (Secex) comprovam essa evolução: em 2005, foram

exportadas 79.821 toneladas de algodão em pluma; em 2006, o volume aumentou para 118.245 toneladas exportadas. Paulo César da Cunha Peixoto, diretor executivo do Fundo de Incentivo do Algodão do Estado de Goiás (Fialgo), comenta que “em relação à pluma, nas três últimas safras, houve um esforço muito grande dos produtores e um crescimento vertiginoso das exportações para vários países”.

Acontece que o consumo interno, apesar de estacionado já há alguns anos, consome a maior parte da produção. Paulo César da Cunha Peixoto diz que “o consumo brasileiro de algodão está estacionado na faixa de 850 mil toneladas há uns cinco anos e, para 2006, estão previstas cerca de 120 mil toneladas em importação”. Segundo Andrew MacDonald, “estamos exportando mais do que podemos, o que impossibilita suprir o consumo nacional. Se consumíssemos internamente 800 ou 900 mil toneladas, não podemos produzir um milhão de toneladas e exportar 400 mil”, calcula.

Outros fatores justificam a importação de algodão, tais como a diversificação dos tipos de algodão e o período das safras nas regiões produtoras do mundo. “Oitenta por cento do algodão mundial é produzido no hemisfério norte e o período de safra é diferente do hemisfério sul. Por isso, às vezes, compensa importar um pouco de algodão no período de entressafra”, comenta Paulo César da Cunha Peixoto. Além disso, existem variações nos tipos de pluma utilizados pelas indústrias têxteis. “Pode ser que uma determinada indústria precise, para fazer seu *blending*, de um algodão com características especiais, e que necessita ser importado. A qualidade do algodão é muito específica para cada indústria”, completa.

Apesar da demanda interna ser superior à produção nacional de algodão, segundo Wilson Paes de Almeida, pesquisador do Instituto Agrônomo do Paraná (Iapar), “o ideal para a cotonicultura brasileira seria exportar mais, para diminuir a oferta interna e fazer com que os preços subam”. O grande desafio para os mercados internacional e brasileiro de algodão são as relações comerciais com a China – maior produtor e também maior importador, absorvendo 38,2% da produção mundial. “Ao mesmo tempo, que devemos conquistar a China como compradora, ela interfere no consumo do nosso mercado interno, como exportadora de produto têxtil a baixo preço”, conclui Paulo César da Cunha Peixoto.

O principal obstáculo para a cotonicultura brasileira são os subsídios domésticos e à exportação concedidos pelo governo dos Estados Unidos aos produtores do chamado *cotton belt* americano. “Os subsídios à exportação são proibidos e os de apoio interno são considerados acionáveis, se for provado que causam prejuízo a outros países”, diz João Carlos Jacobsen Rodrigues, presidente Associação Brasileira dos Produtores de Algodão (Abrapa). Durante o “Contencioso Brasil-EUA sobre Subsídios ao Algodão, na Organização Mundial do Comércio (OMC), apurou-se que os subsídios norte-americanos, apenas ao algodão, atingiam R\$ 3,1 bilhões anualmente. Além disso, entre 1999 e 2002, os subsídios reduziram o seu preço internacional em torno de 13%. Em 2005, o Órgão de Apelação da OMC condenou definitivamente os subsídios concedidos pelos Estados Unidos, mas o país tem resistido em cumprir a decisão integralmente.

Para os produtores brasileiros, esses mecanismos distorcem o mercado internacional de algodão. “Subsídios impedem que um país como o Brasil exporte para o país que subsidia e para terceiros mercados. Estes terceiros mercados ficam abastecidos com o produto dos países que subsidiam”, continua João Carlos Jacobsen Rodrigues.

Um exemplo dado pelo presidente da Abrapa ilustra como o mecanismo funciona: o algodão comprado nos Estados Unidos para exportação recebe subsídios para que seja mantido seu preço alto, nos níveis do mercado mundial, por meio de financiamentos bancários à exportação, com garantia de crédito de longo prazo e a taxas de juros especiais, inexistentes no mercado regular. “Além disso, a produção está no seguro contra riscos de frustração de safra. Tais fatos fazem com que a oferta interna seja muito maior do que a demanda. O excedente, subsidiado, acaba nos mercados de países terceiros”, completa.

POSIÇÃO DOS PAÍSES PRODUTORES MUNDIAIS DE ALGODÃO – 2006 (MILHÕES DE TONELADAS)

POSIÇÃO	PAÍS	PRODUÇÃO
1	China	5,97
2	Estados Unidos	4,45
3	Índia	4,36
4	Paquistão	2,29
5	Brasil	1,16
6	Usbequistão	1,14

Fonte: *Internacional Cotton Advisory Committee (Icac)*.

EXPORTAÇÕES BRASILEIRAS DE ALGODÃO EM PLUMA, POR PAÍS DE DESTINO (EM TONELADAS)

PAÍS	2005	2006
Argentina	10.412	16.735
Alemanha	2.503	652
China	5.072	14.961
Hong Kong	78	104
Indonésia	13.118	20.760
Itália	2.032	2.742
Japão	10.366	7.351
Portugal	3.173	1.404
Tailândia	4.435	3.393
Taiwan	2.129	5.639
Outros	26.503	44.504
TOTAL	79.821	118.245

Fonte: *Secretaria de Comércio Exterior (Secex)*.

IMPORTAÇÕES BRASILEIRAS DE ALGODÃO, POR PAÍS DE ORIGEM (EM TONELADAS)

PAÍS	2005	2006
Argentina	1.846	-
Benin	-	4.389
EUA	18.020	39.285
Paraguai	6.135	9.633
C. do Marfim	-	410
Outros	5.330	6.965
TOTAL	31.331	60.682

Fonte: *Secretaria de Comércio Exterior (Secex)*.

PARTICIPAÇÃO NO VOLUME DAS IMPORTAÇÕES MUNDIAIS DE ALGODÃO (2005/2006)

PAÍS	%
China	38,2%
Turquia	8,4%
Indonésia	5,9%
Tailândia	5,1%
Bangladesh	4,4%
Rússia	3,6%
México	3,1%
Paquistão	2,9%
Coréia do Sul	2,9%
Taiwan	2,8%
Outros	22,7%

Fonte: *Departamento de Agricultura dos EUA (USDA)*.

PARTICIPAÇÃO NO VOLUME DAS EXPORTAÇÕES MUNDIAIS DE ALGODÃO (2005/2006)

PAÍS	%
EUA	38,5%
Usbequistão	9,8%
Austrália	7,2%
Brasil	5,7%
Grécia	3,7%
Mali	2,8%
Burkina Faso	2,8%
Índia	2,1%
Síria	2,1%
Egito	1,8%
Outros	23,6%

Fonte: *Departamento de Agricultura dos EUA (USDA)*.

Revolução industrial alterou trajetória da cotonicultura

As civilizações antigas já utilizavam o algodão para a fabricação de tecidos. Evidências sobre tal uso remontam ao século XV a.C., na Índia, ao século V a.C., na China, e ao século IV a.C., na Europa. Na América, vestígios do cultivo de algodão foram encontrados no litoral norte do Peru, no período da civilização inca. Quando as naus portuguesas atracaram no Brasil, o algodão já era cultivado, fiado e tecido para a produção de redes e artefatos, como tochas incendiárias. “O algodão moderno, com uma cultura intensiva e mais organizada, só apareceu no século XVIII, nos Estados Unidos”, afirma Eleusio Curvelo Freire, pesquisador da Embrapa Algodão. Como atividade econômica, a cotonicultura brasileira também alcançou relevância no século XVIII – por volta de

1760 –, com o Maranhão despontando como o primeiro grande produtor.

Com o acirramento da Guerra da Secessão nos Estados Unidos, a cotonicultura norte-americana se desorganizou, estimulando assim a produção brasileira. O cultivo do algodão foi impulsionado no Pará, Maranhão, Ceará, Pernambuco e Bahia. “Nesta época, o algodão passou a ser introduzido no Nordeste do Brasil. Já se cultivavam naquela região variedades de algodão arbóreo, conhecidas como algodoeiro-mocó e algodão quebradinho. As espécies de algodão vindas dos Estados Unidos cruzaram com essas variedades e surgiu o algodão brasileiro”, comenta Eleusio. As principais regiões de cultivo no século XIX eram os Estados do Ceará, Paraíba, Pernambuco e Rio Grande do Norte.

A revolução industrial alterou definitivamente a história da cotonicultura mundial, com a invenção da máquina de fiar e do tear mecânico. Em 1801, a indústria têxtil consumia na Europa 78% de lã, 18% de linho e 4% de algodão. Um século depois as proporções foram alteradas para 20% de lã, 6% de linho e 74% de algodão. “À época, a Inglaterra tinha muitas colônias na África, que produziam algodão de boa qualidade, a um custo muito baixo, devido à mão-de-obra escrava. A revolução industrial proporcionou um grande aumento no consumo de algodão, que passou a ser fiado em máquinas de alta velocidade, e, ao mesmo tempo, passou-se a produzir roupas com fibras menos nobres e mais curtas do que aquelas vindas do Egito e

LINHA DO TEMPO DO ALGODÃO

Século 15 a.C. (Índia); século 5 a.C. (China), século 4 a.C. (Europa) – Registros das primeiras evidências de uso de algodão no mundo.

América pré-descobrimento – Vestígios, no litoral norte do Peru, evidenciam que povos milenares daquela região manipulavam o algodão. Com os incas, o artesanato têxtil atingiu culminância: amostras de tecidos por eles deixadas marvilham pela perfeição e combinação de cores. No Brasil, pouco se sabe sobre a pré-história dessa malvácea.

Descobrimento – Indígenas já cultivavam o algodão e convertiam-no em fios e tecidos.

1576 – Gandavo informava que as camas dos índios eram redes de fios de algodão e Soares de Souza, mais tarde, revelou que o algodoeiro tinha para os indígenas

também outras utilidades: com o caroço esmagado e cozido, faziam mingau, e o sumo das folhas curava feridas.

Século XVI – Jean de Lery descreveu o processo que os índios utilizavam para fiar e tecer o algodão. Os primeiros colonos chegados ao Brasil cultivavam algodão nativo. Jesuítas do padre Anchieta desenvolveram a cultura do algodão para satisfazer suas necessidades de roupas e vestir os índios.

Século XVII – Lã e o linho dominavam como tecidos. Culturas de algodão eram pequenas “roças” em volta das habitações. Artesanato têxtil era trabalho de mulheres (índias e escravas).

Século XVIII – Cultura intensiva foi organizada nos EUA. A revolução industrial transformou o algodão na principal fibra têxtil e no mais importante produto das Américas.

1760 – Cotonicultura ganhou importância como atividade econômica no Brasil, com o Maranhão despontando como o primeiro produtor, exportando para a Europa 130 sacas de algodão.

Século XIX – Os Estados Unidos projetaram-se como grandes produtores da fibra, lançando no mercado quantidades crescentes.

1830 – A exportação maranhense de algodão chegou a 78.300 sacas e o Nordeste apareceu como principal região algodoeira. Em seguida, a produção brasileira entrou em decadência. O café, novo produto tropical, passou a monopolizar, principalmente em São Paulo, a atenção dos agricultores.

1860 – A Guerra da Secessão nos EUA paralisou em parte a exportação da fibra daquele país, desencadeando no Brasil novo

da África. A revolução industrial barateou o preço das roupas e dos tecidos e aumentou cada vez mais a demanda por algodão”, continua Eleusio.

Durante os séculos XVIII e XIX, a produção brasileira de algodão alternou períodos de avanços e recuos. Em 1915, foi criado o Serviço do Algodão no Ministério da Agricultura, demonstrando o aumento da importância do algodão para a economia nacional. A cultura firmou-se apenas na década de 30, com a crise do café – ocorrida em 1929. O advento abalou a economia brasileira, desmoronando a estrutura cafeeira e possibilitando o crescimento da cotonicultura, principalmente no Estado de São Paulo. Para isso, a contribuição do Instituto Agrônomo de Campinas foi essencial. Em São Paulo, o IAC iniciou um trabalho de capacitação de pesquisadores nos Estados Unidos. A partir daí, o cultivo passou a ser sistemático, organizado e com bases científicas. “Essa época coincide com a crise do café. O algodão veio na esteira dessa crise

para substituir o café e foi a salvação da economia paulista. Os grandes fazendeiros já tinham terras e mão-de-obra, só faltava a tecnologia para o cultivo. O que o IAC fez foi apresentar a cultura de algodão como opção à derrocada do café. Chegamos a plantar 1,5 milhão de hectares só no Estado de São Paulo, que chegou a exportar 200 mil toneladas de fibras”, comenta Milton Geraldo Fuzatto, pesquisador científico do IAC. Foi nesse período que a produção paulista ultrapassou a nordestina.

O pesquisador Eleusio Curvelo Freire afirma que, durante o século XX, o algodão esteve “confinado” em duas regiões bem distintas do país. No Nordeste, o cultivo era predominantemente de algodão arbóreo – que produz uma fibra excelente, conhecida no mundo todo e equiparada aos melhores algodões do Egito; em São Paulo, o cultivo de algodão era baseado em variedades herbáceas vindas dos Estados Unidos. Por ocasião da introdução da praga do bicudo, em 1983, São Paulo deixou de ser o primeiro

produtor, passando o posto para o Paraná. O bicudo se expandiu pelo Brasil, introduzindo-se espontaneamente nas duas principais regiões de cultivo da época, “o agreste da Paraíba e o Município de Campinas, SP. Essas regiões eram os dois pólos de pesquisa e duas áreas excelentes de cultivo na década de 80. A partir daí, essa praga se expandiu rapidamente em São Paulo, e para o Paraná, Goiás e todo o Nordeste”.

Com a “crise do bicudo”, iniciaram-se várias estratégias de combate. Em 1989, foram iniciadas pela Embrapa pesquisas com algodão no cerrado do Mato Grosso. Entre 1989 e 1995, essas pesquisas geraram tecnologias que possibilitaram que o algodão se consolidasse no Mato Grosso e o Estado tornou-se, no final da década de 90, o principal produtor brasileiro de algodão. As técnicas empregadas no Mato Grosso foram seguidas em Goiás, Mato Grosso do Sul, Bahia, Minas Gerais, São Paulo e Paraná. Atualmente, o modelo se expandiu também para o Maranhão e Piauí.

surto algodoeiro, especialmente em São Paulo. O algodão herbáceo foi introduzido no país pela primeira vez (antes tínhamos o arbóreo). Imigrantes norte-americanos se estabeleceram em Santa Bárbara d’Oeste, SP, e suas culturas serviram de modelo para as demais.

1875 – Instalada por um engenheiro norte-americano associado a brasileiros, a Fábrica de Tecidos Cariobá foi a primeira fábrica de tecidos de algodão do país, na Villa dos Americanos, origem da cidade de Americana, SP.

1915 – Criado o Serviço do Algodão no Ministério da Agricultura do Brasil.

1918 – A 1ª Grande Guerra Mundial e a geada de 1918, que devastou os cafezais, levou o algodão a outro surto em São Paulo, com recordes de 50 mil toneladas de plumas. A indústria têxtil tomava vulto.

1924 – Cruz Martins iniciou, no Instituto Agrônomo de Campinas, trabalhos de melhoramento genético e experimentação relativa às técnicas de cultivo do algodoeiro.

Anos 30 – O Estado de São Paulo se tornou grande produtor de algodão do país, ao lado do Paraná. A crise do café de 1929 foi fator predominante.

1983 – A praga do bicudo alastrou-se pelo Brasil, destruindo plantações de algodão. No mesmo período, São Paulo deixou de ser o primeiro produtor, passando o posto para o Paraná.

1986 – A tarifa de importação de algodão em pluma praticada pelo Brasil, que era de 55%, passou a ser reduzida paulatinamente e também passou a valer em definitivo para os parceiros do Mercosul.

1989 – O pioneirismo de grupos de produtores do Estado de Mato Grosso e pesqui-

sas iniciadas pela Embrapa com o algodoeiro no cerrado daquele Estado geraram tecnologias que possibilitaram ao algodão se consolidar na região.

1994/1995 – Reversão de preços internacionais do algodão acarretou alto custo social, com aumento do desemprego, principalmente no Norte do Paraná.

1996 – O governo brasileiro adotou medidas de apoio à cotonicultura, elevando o preço mínimo, cobrindo 100% do valor básico de custeio nos empréstimos oficiais, garantindo a elevação da alíquota de importação para produto de países de fora do Mercosul, em 1% ao ano, até 2000.

Fim dos anos 90 – Mato Grosso tornou-se principal região produtora.

2006 – O modelo do algodão do cerrado expandiu-se também para o Maranhão e o Piauí.